



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Recurso nº. : 118.602  
Matéria: : IRPF - EXS.: 1991 e 1992  
Recorrente : NILTO SCHWENING  
Recorrida : DRJ em BRASÍLIA - DF  
Sessão de : 25 DE JANEIRO DE 2000  
Acórdão nº. : 106-11.099

**NULIDADE DO LANÇAMENTO** – Estando o lançamento em conformidade com a legislação tributária aplicável a espécie , não há o que se falar em nulidade de lançamento.

**ATIVIDADE RURAL - COMPROVAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS** – por estar sujeito à tributação mais benigna, a receita bruta e as despesas respectivas inerentes a atividade rural, deverão ser comprovadas por documentos hábeis e idôneos, sob pena de configurar acréscimo patrimonial à descoberto.

**DEPÓSITOS BANCÁRIOS - COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS** – cabe ao contribuinte o encargo de provar que os valores depositados em sua conta-corrente bancária, têm justificativa nos total dos rendimentos consignados nas declarações de rendimentos respectivas.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por NILTON SCHWENING.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Luiz Fernando Oliveira de Moraes, Rosani Romano Rosa de Jesus Cardozo e Wilfrido Augusto Marques que davam provimento parcial para excluir a tributação feita com base em depósitos bancários.

DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO  
RELATORA

FORMALIZADO EM: 18 ABR 2000

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros THAISA JANSEN PEREIRA e RICARDO BAPTISTA CARNEIRO LEÃO. Ausente, o Conselheiro ROMEU BUENO DE CAMARGO.

2

✓

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

Recurso nº. : 118.602  
Recorrente : NILTO SCHWENING

**R E L A T Ó R I O**

NILTO SCHWENING, já qualificado nos autos, na guarda do prazo regulamentar, apresenta recurso objetivando a reforma da decisão do Delegado da Receita Federal de Julgamento em Brasília.

Nos termos do Auto de Infração e seus anexos de fls. 4.880/4.883, exige-se do contribuinte um crédito tributário total equivalente a 983.552,83 UFIR por terem sido constatadas, nas Declarações de Rendimentos dos Exercícios de 1991 e 1992, as seguintes irregularidades: a) omissão de rendimentos recebidos de pessoa física, decorrentes de trabalho sem vínculo empregatício ; b) omissão de rendimentos revelada por acréscimo patrimonial a descoberto.

Às fls. 01 a 4.879, foram juntados documentos e demonstrativos que respaldam o lançamento.

Inconformado, tempestivamente, apresentou a impugnação de fls. 4.899/4.933 instruída pelos documentos anexados às fls.4.934/5.425.

A autoridade julgadora "a quo" manteve parcialmente a exigência em decisão anexada às fls. 5.466/5.547, sob os fundamentos a seguir sumariados:

Quanto a preliminar:

- a objeção do contribuinte no sentido de que os registros contábeis foram desconsiderados torna-se inócuia, porquanto não é a simples escrituração que faz prova a seu favor, mas a

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

escrituração mantida com observância das disposições legais, de fatos nela registrados e comprovados por documentos hábeis. Ao fazer o levantamento, a fiscalização utilizou a documentação apresentada pelo contribuinte, em resposta à Intimação nº 026/95, fls. 4.394 a 4.556 encontrou valores divergentes daqueles declarados pelo contribuinte.

Quanto ao mérito:

- Rendimentos de Trabalho sem Vínculo Empregatício Recebidos de Pessoas Físicas – os valores depositados em conta corrente bancária, em montante superior a dos rendimentos declarados, são considerados rendimentos omitidos quando o impugnante não comprova terem tido origem em rendimentos não tributáveis ou tributáveis somente na fonte.
- Vale observar que o contribuinte deixou de impugnar parte dos valores depositados, como pode ser observado na Tabela I, ocorrendo, portanto, a preclusão em relação a esses valores.

Depois de fazer uma análise de cada documento anexado à impugnação, finaliza seu decisório elaborando novos demonstrativos da movimentação patrimonial e novas tabelas, onde registrou os valores impugnados, não impugnados e comprovados (fls. 5.548/5.575).

Cientificado (AR de fl. 5.584), na guarda do prazo legal, protocolou o recurso de fls. 5.659/5.674, acompanhado dos documentos anexados às fls. 5.677/5.970 e da cópia do deferimento da liminar, em mandado de segurança, assegurando-lhe o encaminhamento do recurso sem o depósito administrativo.

Suas razões podem assim serem sintetizadas:

*SPB*

*JR*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

**PRELIMINAR de nulidade do lançamento por ferir o princípio da estrita legalidade.**

Após copiar o artigo 150, inciso I da Constituição Federal de 1988 e os artigos 97 e 142 do CTN e o artigo 6 da Lei n 8.021/90, afirma que:

- o procedimento de apurar mensalmente a renda presumida mostra-se incompatível com a estrita legalidade a que se junge o lançamento;
- nos anos-base de 1990 e 1991 o contribuinte, pelo montante de sua receita, estava obrigado à contabilização de seus rendimentos e despesas nos termos do art. 3 da Lei n 8.023/90 e art. 3 , II e 14 da Lei 8.383/91, hoje consolidados no art. 65 do RIR;
- o revisor não considerou a contabilidade do recorrente e não analisou a documentação, arbitrando ilegalmente supostos rendimentos omitidos, com base única e exclusiva em comprovantes de depósitos bancários;
- depósitos estes contabilizados e declarados conforme farta documentação;
- para facilitar a análise, junta-se cópia do razão das receitas contabilizadas e declaradas bem como dos documentos comprobatórios não considerados pela fiscalização e autoridade julgadora de primeira instância;
- às fls. 4.880 a 5.465, encontram-se os documentos juntados quando da impugnação e não apreciados pela autoridade julgadora.

200



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

**MÉRITO:**

- ao justificar o arbitramento efetuado pela fiscalização, a autoridade julgadora faz alusão à impossibilidade do recorrente defender-se do lançamento aventando a hipótese de que, se excluídos os rendimentos julgados omitidos, haveria um reflexo num mesmo montante de aumento patrimonial;
- esquece, entretanto, que os valores que foram considerados como renda de trabalho sem vínculo empregatício, foram arbitrados em virtude de depósitos bancários, e na realidade os mesmos foram auferidos na exploração rural, declarados e tributados normalmente. O acréscimo patrimonial apurado aparece única e exclusivamente em virtude da não aceitação dos comprovantes de receitas apresentados;
- examinando-se as declarações apresentadas, constata-se que os rendimentos não tributáveis e tributáveis foram devidamente comprovados e declarados em montante superior aos valores depositados;
- quanto aos valores que aponta a decisão como preclusos, os mesmos fazem parte de um todo e consequentemente não podem ser considerados isoladamente como matérias não impugnadas;
- pode-se ver que no ano de 1990 houve um arbitramento sobre 56.805.721,38 de depósitos efetivados e uma receita declarada de 62.521.885,00 e em 1991 o arbitramento foi sobre 249.379.244,50 de depósitos e uma receita declarada de 328.804.922,00;

*SDB*

*[Signature]*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

Indica jurisprudência judiciária, a Súmula nº 182 e a decisão nº 541/89 da lavra do Delegado da Receita Federal de Goiás, insistindo que, embora todos estes expedientes condenem o lançamento com base em depósitos bancários, assim foi feito o lançamento discutido nos autos.

Alega que a Lei nº 8.021/90 está eivada de inconstitucionalidade e da continuidade a sua defesa asseverando que:

- os valores depositados estavam justificados pelas receitas auferidas e declaradas na atividade rural;
- algumas das notas fiscais do produtor foram lavradas sob a égide dos Decretos 3.145/89 e 3745/92 do Secretário da Fazenda do Estado de Goiás (cópias anexas) , com valores de pauta, isto é, valores menores do que o da transação;
- estes valores por serem maiores levaram a fiscalização a não considerar as receitas declaradas e tributadas normalmente, considerando os valores depositados como se fossem correspondentes a outras transações.
- o acréscimo patrimonial, discutido, decorre da exclusão das receitas e inclusão dos saldos bancários na evolução patrimonial;
- apenas, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1991 é que o recorrente adquiriu alguns bens, nos demais meses existem apenas divergência entre receitas e despesas;
- se acumularmos, mês a mês, a receita bruta no anexo rural e compararmos com aumento patrimonial apontado, os mesmos serão absorvidos, restando ainda recursos;
- no total o demonstrativo deixou de considerar cerca de 32.373.718,09 no ano de 1990 e 210.122.400,00 no ano de 1991, em padrão monetário da época, de receitas brutas

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

declaradas, contabilizadas e comprovadas, o que é mais de 50%;

- observa-se que na parte de recursos e aplicações aparecem vários saldos em entidades financeiras. Isso mostra, que em assim procedendo, a fiscalização está influenciando o fluxo de caixa do contribuinte, aumentando o superávit ou déficit , em valor equivalente à diferença de saldos de um mês para o outro, ou seja, está colocando como receita tributável, a diferença entre saldos que tiveram origem em receitas auferidas e tributadas;
- assim, enquanto os depósitos serviram para arbitrar supostas receitas vindas de terceiros, os saldos foram utilizados para se apurar aumento patrimonial;
- quanto a argumentação de se exigir tão somente notas fiscais do produtor, esta fundamentação não tem raízes legais. A competência para estabelecer a obrigação acessória de emitir nota fiscal nessas atividades, é do Estado, e não da União;
- o Ato Normativo nº 138/90 da Secretaria da Fazenda de Goiás, dispensa não só da emissão da nota fiscal como de qualquer documentário as transações havidas com produtos hortifrutigranjeiros, desde que não se destinem a estabelecimento usuário de máquina registradora ou à industrialização;
- algumas provas apresentadas, cópias de contratos e declarações firmadas pelo adquirente em resposta às intimações, não têm a natureza de nota fiscal mas evidenciam a produção, comercialização e transações de produtos obtidos na pecuária e agricultura;
- a autoridade tributária, para invalidá-las, teria que as impugnar segundo a norma do art. 79 § 1º , da Lei nº 5.844/43

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

(art. 894, § 1º do RIR/94) , e não as desconhecer sob o  
pretexto de que prova necessária é a nota fiscal.

Conclui requerendo a nulidade ou a improcedência do lançamento.

É o Relatório.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

**V O T O**

**Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, Relatora**

O recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Preliminar - Nulidade do lançamento por ferir o princípio da legalidade. Alega o recorrente que o lançamento não está de acordo como as normas legais aplicáveis a espécie e que a Lei nº 8.021/90 está eivada de constitucionalidade.

Percebe-se que o recorrente, ao contraditar o lançamento, deixou de observar que, por primeiro, todo o procedimento fiscal executado, com a finalidade de apurar a base de cálculo do imposto de renda devido, seguiu as regras legais aplicáveis à época do fato gerador, por segundo, a irregularidade apurada **não** foi enquadrada na Lei nº 8.021/90.

A autoridade julgadora de primeira instância, além de analisar profundamente a matéria, transcreveu os dispositivos legais que fundamentaram o lançamento e a sua decisão.

Dessa forma, em obediência ao princípio de economia processual e visando evitar a redundância, incorporo os seus fundamentos como se aqui estivessem transcritos.

Quanto aos documentos juntados ao recurso, inicialmente esclareço que nos termos do § 4º do art. 16 do Decreto nº 70.235/72, redação dada pela Lei nº 9.532/97, “*A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual...*”

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

**Assim e considerando que:**

- a) o recorrente durante o procedimento fiscal foi, por diversas vezes, intimado, tendo oportunidade de trazer aos autos todos os documentos que amparassem suas alegações, os quais, em cópia, passaram a integrar os 22 volumes, gerando autos de 5.870 folhas;
- b) os documentos que acompanham seu expediente recursal já foram examinados e recusados durante o procedimento fiscal, momento próprio, para sua análise.
- c) a autoridade julgadora de primeira instância sobre eles já se manifestou.

**Passo para a análise do mérito.**

As regras aplicáveis à apuração do resultado tributável da Atividade Rural estão disciplinadas pela Lei nº 8.023/90, cujos dispositivos integram o Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 1.041/94, nos seguintes artigos:

*"Art. 65 - O resultado da exploração da atividade rural será obtido por uma das seguintes formas (Leis ns. 8.023/90, art. 3º, e 8.383/91, arts. 3º, II, e 14):*

*I - simplificada, mediante prova documental, dispensada a escrituração quando a receita bruta total auferida no ano-calendário não ultrapassar 70.000,00 UFIR;*

*II - escritural, mediante escrituração rudimentar, quando a receita bruta total do ano-calendário for superior a 70.000,00 UFIR e igual ou inferior a 700.000,00 UFIR;*

*III - contábil, mediante escrituração regular em livros devidamente registrados, até o encerramento do ano-calendário, em órgãos da Secretaria da Receita Federal, quando a receita bruta total no ano-calendário for superior a 700.000,00 UFIR.*

*(...)*

*§ 2º - A escrituração regular, prevista no inciso III, consiste em lançamentos contábeis em partidas dobradas, feitos em livros próprios de contabilidade, por*

*YMB*

*[Assinatura]*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

*contabilista habilitado ou, quando inexistir contabilista habilitado na localidade, pelo próprio contribuinte.*

(...)

*§ 4º - Os livros ou fichas de escrituração e os documentos que servirem de base à declaração deverão ser conservados pelo contribuinte, à disposição da autoridade fiscal, enquanto não ocorrer a decadência ou prescrição (Lei nº 8.023/90, art. 3º, parágrafo único)."(grifei)*

*"Art. 66 - A receita bruta da atividade rural é constituída pelo montante das vendas, sem a exclusão do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS e da contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, dos produtos oriundos das atividades definidas no art. 63, exploradas pelo próprio produtor-vendedor. (grifei)*

(...)

*§ 5º - A receita bruta, decorrente da comercialização dos produtos, deverá ser comprovada por documentos usualmente utilizados, tais como nota fiscal do produtor, nota fiscal de entrada, nota promissória rural vinculada à nota fiscal do produtor e demais documentos reconhecidos pelas fiscalizações estaduais"(grifei)*

Está suficientemente demonstrado nos autos que o contribuinte, durante, o procedimento fiscal teve todas as oportunidades de apresentar os documentos que justificassem os valores consignados nas declarações de rendimentos como receitas e despesas da atividade rural.

Analisada a documentação apresentada, a autoridade fiscal relacionou todas as notas fiscais de despesas de custeio e investimentos, indicando quais não foram aceitas por serem impertinentes à atividade rural.

Da mesma forma procedeu com os documentos concernentes à receita bruta da referida atividade.

863



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

Assim todos os valores declarados a título de "receita" e "despesa" não confirmados por documentos hábeis e idôneos, foram desclassificados.

Alega o recorrente, além das questões de fato, que a receita bruta da atividade rural declarada não fecha com a obtida pela fiscalização porque no estado de Goiás, em razão de "convênio", esta receita pode ser apurada pelo valor de pauta. Para comprovar o alegado, traz cópia do convênio estadual.

Não há dúvida alguma de que isso é possível, contudo, as regras aplicáveis ao imposto de renda são ditadas, fiscalizadas pela União e para a apuração da receita, aqui discutida, o que importa é o valor efetivo da operação.

O que é considerado renda ou rendimento é o valor real da venda dos produtos originários da exploração da atividade rural e, por consequência, o total efetivamente auferido é que justifica as aplicações feitas e as prováveis variações de patrimônio do contribuinte.

Por isso independentemente do fisco estadual autorizar a apuração da receita bruta pelo valor de pauta, cabia ao contribuinte providenciar a escrituração e apuração dos rendimentos auferidos nesta atividade pelo valores reais.

Com relação aos valores tidos como não comprovados, a defesa tenta demonstrar que a autoridade julgadora de primeira instância cerceou seu direito de defesa, ao afirmar que alterando os valores tributados como não comprovados implicaria em aumentar o acréscimo patrimonial a descoberto.

O que também é uma inverdade. A mencionada autoridade apenas esclareceu que os valores dos depósitos, cuja existência foi devidamente

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

comprovada nos autos e cujas origens não foram justificadas, foram aceitos como RECURSOS nos demonstrativos dos acréscimos patrimoniais a descoberto.

Acrescentando, ainda, que se os valores depositados fossem excluídos a base de cálculo do imposto devido não sofreria alteração, porque resultaria num aumento do montante tributado a título de acréscimo patrimonial à descoberto .

Este fato não macula o lançamento e , também, não altera as bases de cálculo apuradas, pois o fato é único OMISSÃO DE RENDIMENTOS.

É preciso relembrar, que a investigação centrada na apuração de acréscimo patrimonial a descoberto é, somente, uma forma indireta de apuração dos rendimentos omitidos pelos contribuintes.

A presunção é legal e absoluta e pode ser assim resumida – havendo uma variação positiva no patrimônio, sem a devida justificativa no total dos rendimentos declarados, conclui-se que o contribuinte ocultou ou omitiu rendimentos que percebeu nos anos calendário respectivos.

Pelos documentos que integram os autos está satisfatoriamente comprovado que: a) o total de receita da atividade rural declarado não era verdadeiro; b) os valores depositados em conta – corrente de propriedade do contribuinte não tinham origem nos rendimentos consignados nas respectivas declarações de rendimentos; c) em alguns meses de 1990 e 1991 o contribuinte gastou mais do que os rendimentos declarados ou comprovados.

Reitero, os fatos relatados comprovam que o contribuinte não ofereceu a tributação, no período fiscalizado, o MONTANTE REAL DOS RENDIMENTOS AUFERIDOS.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10120.002189/95-61  
Acórdão nº. : 106-11.099

Os títulos que levam para serem tributados são apenas uma forma de classificá-los, na verdade, o que importa é se o fato gerador e a base de cálculo do imposto estão devidamente demonstrados nos autos.

No caso em pauta as adequações necessárias já foram feitas e exaustivamente demonstradas pela autoridade julgadora "a quo" nas tabelas e anexos às fls.5.512/5.575.

Explicado isso e adotando na íntegra todos os fundamentos esposados pela autoridade julgadora "a quo" , o meu voto é no sentido de rejeitar a preliminar argüida e no mérito negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 25 de janeiro de 2000

  
SUELIEFIGÊNIA MENDES DE BRITTO